

A REALIZAÇÃO DO SUJEITO NULO NO PORTUGUÊS DE PERNAMBUCO EM TEXTOS JORNALÍSTICOS DOS SÉCULOS XIX AO XXI¹

Camilly Cristina Portela dos Santos²

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo compreender o comportamento dos sujeitos nulos em amostras de textos jornalísticos produzidos entre os séculos XIX e XXI com enfoque na tradição discursiva dos respectivos gêneros: Carta de Leitor e Editorial. Logo, a partir da análise de 80 textos retirados do Diário de Pernambuco (40 de cada gênero), foi possível mapear e analisar a ocorrência dos sujeitos (nulos e plenos) tendo como base a teoria gerativista de Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1981 e seguintes). Com base na análise realizada, os principais resultados obtidos foram os seguintes: (i) maior ocorrência dos sujeitos nulos em detrimento dos sujeitos pronominais; (ii) traços de impessoalização no Editorial através da utilização do sujeito pronominal na terceira pessoa e o sujeito nulo; (iii) ampla utilização do sujeito nulo em primeira pessoa na Carta de Leitor. Tendo em vista os resultados obtidos, buscamos ampliar a discussão sobre os contextos que licenciam e restringem a utilização do sujeito nulo considerando as mudanças paramétricas dos gêneros estudados.

PALAVRAS-CHAVE: Sujeito Nulo; Tradição Discursiva; Carta de Leitor; Editorial.

RESUMEN: El presente trabajo tiene como objetivo comprender el comportamiento de los sujetos nulos en muestras de textos periodísticos producidos entre los siglos XIX y XXI, con un enfoque en la tradición discursiva de los respectivos géneros: Carta del Lector y Editorial. Así, a partir del análisis de 80 textos extraídos del *Diário de Pernambuco* (40 de cada género), fue posible mapear y analizar la ocurrencia de los sujetos (nulos y plenos) tomando como base la teoría generativista de Principios y Parámetros (Chomsky, 1981 y siguientes). Con base en el análisis realizado, los principales resultados obtenidos fueron los siguientes: (i) mayor ocurrencia de sujetos nulos en comparación con los sujetos pronominales; (ii) rasgos de impersonalización en el Editorial a través del uso del sujeto pronominal en tercera persona y el sujeto nulo; (iii) amplio uso del sujeto nulo en primera persona en la Carta del Lector. Considerando los resultados obtenidos, buscamos ampliar la discusión sobre los contextos que permiten y restringen el uso del sujeto nulo, teniendo en cuenta los cambios paramétricos en los géneros estudiados.

PALABRAS CLAVE: Sujeto Nulo; Tradición Discursiva; Carta del Lector; Editorial.

¹ Trabalho apresentado na disciplina *Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)*, ministrada pelo Prof. Dr. Ewerton Ávila dos Anjos Luna, como requisito à conclusão do curso de Licenciatura em Letras (Português e Espanhol) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) sob orientação da Prof.^a Dr.^a. Cláudia Roberta Tavares Silva. e-mail: claudia.rtsilva@ufrpe.br. Vale referir que esse trabalho investigativo é um recorte da discussão empreendida no projeto de pesquisa desenvolvido por mim entre 2023 e 2024 no âmbito da Iniciação Científica Voluntária (PIC).

² Graduanda do Curso de Licenciatura em Letras Português-Espanhol pela UFRPE. e-mail: camilly.santos@ufrpe.com

1. Introdução

O processo erroneamente denominado e conhecido como “colonização” dos portugueses no território brasileiro iniciou-se no século XVI, conforme registro contido na carta enviada ao rei escrita por Pero Vaz de Caminha. Nesse texto há a comprovação do poder social que a língua e o seu domínio exercem sobre a cultura de uma determinada sociedade. Quando Vaz de Caminha informa na carta que deixará “[...] *dous homees* [...]” para aprender a língua dos povos autóctones — pelos portugueses denominados “índios” — e assim evangelizá-los, dá-se início ao processo destrutivo da sociedade originária de uma terra que outrora pertencia a esses povos.

A dominação portuguesa contou, a princípio, com a aquisição das línguas majoritárias dos indígenas para, logo em seguida, promover o extermínio de variados grupos linguísticos — de 1500 línguas indígenas para apenas 180 línguas ao final do processo de usurpação territorial, como afirma Antônio Houaiss (1985, p. 100 *apud* Mattos, 2014, p. 14) — e a dizimação de inúmeros grupos étnicos — de 5 milhões de indígenas contabilizam apenas cerca de 262 mil na sociedade contemporânea, como afirma Mercio Gomes (1993, p. 63 - 64 *apud* Mattos, 2014, p. 94) — obtendo-se, como consequência desse processo genocida, o apagamento de ricas culturas que nesse país viveram.

Em contrapartida, enquanto havia a dizimação de povos originários, em 1538 iniciou-se o tráfico de africanos para o Brasil com pessoas escravizadas do outro lado do oceano, diretamente do vasto território localizado entre o sul da Europa e o sudoeste da Ásia. Segundo Jorge Couto (1997, p. 278), nos anos finais do século XVI, a população africana localizava-se em todas as capitanias e totalizava 42% do índice populacional. Com a institucionalização do tráfico ultramarino de escravizados em 1549, contabilizam-se entre quatro a 14 milhões aportados em território brasileiro que traziam consigo, de acordo com Bonvini e Petter (1998), por volta de 200/300 línguas distintas.

Conforme explica Mussa (1991), foram traficados para o Brasil africanos pertencentes a grupos linguísticos variados, como: oeste-atlântico, mande, kru, gur, benue-kwa (grupo não banto), banto e outros grupos. Dito isso, constata-se que, do século XVI ao XIX, há o predomínio do banto (35%, 65%, 64%, 50%) e do benue-kwa não banto (7%, 10%, 20%, 24%), estando os demais grupos totalizando menos de 10% no século XIX. Dentre os africanos que foram arrancados de suas raízes culturais, os portugueses buscavam misturar diferentes etnias para evitar a aglomeração de um mesmo grupo linguístico, ou seja, a metrópole portuguesa compreendia implicitamente o poder ideológico que a língua carrega, sendo assim seria perigoso para os comerciantes se grupos de uma mesma etnia que compartilhavam a mesma cultura, raiz, origem e consequentemente uma mesma língua se unissem em um mesmo ambiente mobilizando rebeliões indesejadas.

Para Mattos e Silva (2004), ficam explícitas as profundas marcas linguísticas que a população africana deixou no PB atual. Isso ocorre devido à grande crescente populacional de africanos submetidos à escravidão em detrimento da população europeia, principalmente durante o século XVII, em que houve um fluxo maior. Observe-se, a seguir, o quadro que apresenta o percentual da população do Brasil por etnia entre diferentes séculos:

Quadro 1: População do Brasil por etnia do século XVI ao XIX

	1538-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
Africanos	20%	30%	20%	12%	2%
Negros brasileiros	-	20%	21%	19%	13%
Mulatos	-	10%	19%	34%	42%
Branco brasileiros	-	5%	10%	17%	24%
Europeus	30%	25%	22%	14%	17%
Índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%

Fonte: Mussa (1991, p. 163)

Os escravizados eram vistos como se fossem uma “coisa, objeto, mercadoria” (Mattos, 2014, p. 92) e só serviam para a mão de obra que os seus ditos “senhores” os submetiam em favor do comércio. Por isso, transitavam nas capitanias brasileiras por todo período colonial para operar, geralmente com trabalho braçal, nas lavouras de cana-de-açúcar — litoral de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro —, na mineração de ouro — centro e centro-oeste —, em cafezais — áreas paulistas do Rio de Janeiro e Minas Gerais —, na colheita de algodão e fumo — Maranhão —, na exploração de especiarias — Amazônia — (Mattos, *idem*, p. 129), e em outras atividades a que eram subordinados.

Logo, essas pessoas designadas de “multidão sem voz”, como afirma Mattoso (1979), que compunham mais da metade da população durante a colonização — 60% de africanos e afro-descendentes do século XVII ao XIX, segundo Mussa (1991, p. 163 *apud* Mattos, p. 101) —, não eram reconhecidas como sujeitos ativos na época, mas sim, como se fossem um produto inerte de posicionamentos, opiniões, emoções, racionalidade etc. Entretanto, por mais que fossem entendidos como indivíduos “vazios”, eram eles dotados de riquezas culturais e linguísticas que não só marcam a contemporaneidade, mais que isso, estruturam nossa cultura, sociedade e língua. Os escravizados tiveram que adquirir o português exclusivamente através da oralidade, sem nenhum tipo de intervenção escolar, visto que era necessário, naquele contexto de total estranhamento e violência, a compreensão por parte deles de algumas informações (ordens) que eram ditas (aos gritos) pelos seus feitores. Além disso, por não terem nenhuma escolarização formal, a aquisição dessa segunda língua inevitavelmente mantinha contato com a língua materna desses falantes considerados os principais difusores do que chamamos hoje de “português popular brasileiro”.

Levando em consideração as contribuições de Lucchesi (2009), a constituição do Português Brasileiro (doravante, PB) se deu através do processo denominado “Transmissão Linguística Irregular”, isto é, por meio da dominação colonial no território brasileiro, houve, conseqüentemente, a imposição da língua dominante, fazendo com que os indivíduos escravizados aprendessem uma nova língua sem nenhum tipo de mediação pedagógica, sendo assim:

[...] a língua do grupo dominante, denominada língua de superstrato ou língua-alvo, se impõe, de modo que os falantes das outras línguas, em sua maioria adultos, são forçados a adquiri-la em condições bastante adversas de aprendizado,

em função de sua sujeição e marginalização. As variedades de segunda língua que se formam nessas condições, mais ou menos defectivas consoante as especificidades de cada contexto histórico, acabam por fornecer os modelos para aquisição da língua materna para as novas gerações de falantes, na medida em que os grupos dominados vão abandonando as suas línguas nativas.” (Lucchesi, 2009, p. 101)

Diante do que foi exposto acima, o processo de aquisição da língua dominante acontece sobretudo em um contexto oral, desta forma, os falantes dessa segunda língua apresentam lacunas e traços que fogem do padrão gramatical da língua de superstrato devido a influência da língua materna e da situação inadequada de escolarização. Sendo assim, a nativização do PB tem como base a transmissão irregular do português vernacular, fazendo com que haja, inevitavelmente, alterações que variam desde o léxico ao morfossintático.

Além do do PB ter sido estruturado mediante ao contato das línguas originárias e das línguas que foram aportadas no país em navios negreiros, houve outras etnias que migraram no século XIX através da política imigratória do Império e influenciaram, de certa forma, essa variedade do português como, por exemplo, a imigração dos europeus e asiáticos na segunda metade do século. Segundo Kreutz (2000, p. 351), foram cerca de 1.200.000 indivíduos integrados no estado de São Paulo para a região sul do país.

Diante do breve panorama sócio-histórico apresentado até o momento, estudos linguísticos apontam que o PB foi constituído em um ambiente de intenso contato multilíngue, o que torna sua gramática distinta da gramática do PE, destacando-se, por exemplo, as profundas diferenças sintáticas (cf. Mattos e Silva, 2014; Kato, 2021). Vejam-se algumas dessas diferenças elencadas por Mattos e Silva (2003, p. 67, 72):

(i) Uso do pronome lexical na posição acusativa:

- | | |
|--|--|
| (1)a. Eu acho <i>ele</i> simpático. | em vez de: <i>Eu o acho simpático</i> |
| b. Eu gostaria de ter visto <i>ele</i> | em vez de: <i>Eu gostaria de tê-lo visto</i> |
| c. Eu vi <i>ele</i> sair de casa | em vez de: <i>Eu o vi sair.</i> |

(ii) Convivência de três tipos de estratégias de relativização:

- | |
|--|
| (2)a. Ganhei um sabonete do qual/ de que não gostei (<i>relativa padrão</i>) |
| b. Ganhei um sabonete que não gostei dele (<i>relativa não-padrão com pronome lembrete ou cópia</i>) |
| c. Ganhei um sabonete Ø que não gostei (<i>relativa não-padrão: cortadora</i>) |

Além desses contextos sintáticos, houve uma reorganização na gramática do PB no que se refere ao sistema pronominal a partir da inclusão dos pronomes pessoais “*você e a gente*” que se alternam com o “*tu*” e o “*nós*”, respectivamente (cf. Duarte, 1993, 1995; Kato, 2014; Ayres, 2021, dentre outros). Sendo assim, no PB, o paradigma verbal pode ser constituído de quatro formas: *eu canto, você/tu ele(a)/ a gente canta, nós cantamos, vocês/ eles(as) cantam*. Devido a esse enfraquecimento no âmbito da morfologia flexional, Duarte (1993, 1995), em sua pesquisa diacrônica, observa o grande aumento de pronomes plenos (ou seja, realizados foneticamente) no século XX ocupando a posição de sujeito (cf. (3)) no PB, em detrimento do que o ocorre no Português Europeu (doravante, PE) cuja morfologia de flexão verbal é rica e favorece a grande produção de sujeitos nulos cujos traços número-pessoais são recuperados por essa morfologia (cf. (4)):

(3)

- a. “**Eu** não posso mais ficar aqui a tarde toda não. **Eu** tirei quatro notas

vermelhas. **Eu** preciso dar um jeito na minha vida.”

b. “Dona Irene: E se *cv* não morrer, **ele** fica caolho pro resto da vida civil. Margareth: Às vezes **ele** não morre. Mas se **ele** não morre, **ele** fica aleijado pra sempre. É isso que a Dolores acha bonito!”
(Duarte, 1995, p. 22)

(4)

a. “...porque me parecia uma coisa detestável, um problema grande de consciência, se amanhã como magistrado **pro** viesse a verificar que **pro** tinha errado ou que **pro** tinha julgado mal, sobretudo se **pro** tivesse julgado mal em prejuízo de alguém ... Hoje **pro** gostava de ser magistrado porque **pro** estou convencido que **pro** talvez evitasse mais injustiças como magistrado do que as que **pro** posso evitar como advogado.”

b. “...agora não há dúvida nenhuma que se **pro** for de facto um indivíduo responsável na produção, **pro** tem de se incomodar porque **pro** não é apoiado naquela parte de stocks de existências, de fornecimento, etc.”
(Duarte, 1995, p.11)

Concordando com o pensamento de Mota (2015, p.33), de fato “[é] importante que as investigações linguísticas sobre as variedades não europeias do português estejam atreladas à pesquisa histórico-sociológica, a fim de se entender a influência do possível contato linguístico entre essas variedades e outras línguas”. Por esse motivo, é de extrema importância que consideremos, durante a pesquisa linguística diacrônica, as influências externas no processo de formação do PB advindas do contato do português com outras línguas desde o século XVI. Segundo Mendonça (2012), nos primeiros dois séculos, entre XVI e XVII, houve uma grande concentração de africanos do grupo étnico Bantu, principalmente os que falavam o quimbundo, que é a segunda língua banta mais falada na Angola, na Bahia e em Pernambuco. Sobre Pernambuco, em particular, Silva (2011) destaca a grande influência do quimbundo no português usado na cidade do Recife com destaque para o léxico (cf. (5)) e para a morfossintaxe (ex. ausência de concordância nominal e verbal) (cf. (6)):

- (5)a. “capiango” (triste);
- b. “cafuçu” (indivíduo grosseiro);
- c. “manzanza” (preguiçoso);
- d. “banguelo” (sem dentes)
- e. “caçula” (filho mais novo)
- f. “capenga” (coxo, manco)
- g. “zoró” (fora do comum, excessivo).

(Silva, 2011, p. 63)

- (6)a. “o home dos caranguejo e dos siri!” (Poema “Folha verde”)
- b. “Suco de cana-caiama/ passado nos alambique/ - Em jejum te arrecebo/ cuma xarope dos bebo” (Poema “Branquinha”)
- c. “Gunvernadô destes Brasi” (Poema “Reisado”)

(Silva, 2011, p. 140)

A explicação para os dados apresentados em (6) pode encontrar razões quando

observado, por exemplo, o paradigma flexional do quimbundo (cf. (7)) que difere do paradigma de uma língua como o PE cujos morfemas número-pessoais identificam as pessoas do discurso (cf. (8)):

- (7)a. Eye **udya** / Mwene **udya**
“Tu comes” / “Ele come”
b. Eme **ngidya** / Etu **tudya**
“Eu como” / “Nós comemos”

(Teixeira, 2012, p. 152)

- (8) **Eu** canto³
Tu cantas
Ele canta
Nós cantamos
Eles cantam

(Galves, 2001, p. 103)

Em (7), por exemplo, os pronomes referentes à segunda e terceira pessoas do singular possuem a mesma forma verbal, ao contrário do que se verifica em (8) no PE.

A hipótese que norteia este estudo cuja gênese remonta à investigação desenvolvida por mim como pesquisadora de Iniciação Científica Voluntária (PIC) vinculada como membro, de 2023 a 2024, a um projeto de pesquisa intitulado *A constituição sintática de variedades não-europeias do português: a trajetória sócio-histórica e diacrônica sob o viés da sintaxe comparativa*, sob a coordenação da Profa. Claudia Roberta Tavares Silva, é que, partindo de resultados de pesquisas diacrônicas como as realizadas por Duarte (1995, 2000), possamos encontrar um crescente quantitativo de sujeitos plenos nos 1001 dados extraídos de textos jornalísticos do *Diário de Pernambuco* escritos desde o século XIX até o século XXI.

Tendo em vista a perda, na maioria das regiões do país, do uso das formas pronominais *tu e vós*, assumimos com Roberts (1993) que há uma pobreza funcional da morfologia de flexão verbal no PB devido à reorganização do paradigma pronominal em que duas formas zero podem ser encontradas na segunda pessoa do singular e do plural.

A pesquisa diacrônica realizada por Duarte (1993, 1995) que utiliza textos teatrais de 1845 a 1992 para a constituição do *corpus* evidencia a perda gradual de sujeitos nulos no PB à medida que há o afastamento do paradigma pronominal europeu. Através dos resultados obtidos sobre a “*ocorrência de sujeito nulo de segunda pessoa em PB*”, nota-se que, em 1937, perde-se a segunda pessoa direta (*tu, vós*) e consequentemente há um declínio do uso do sujeito nulo para a segunda pessoa indireta (de 69% em 1918 para 25% em 1937).

Fazendo um comparativo entre as três pessoas do discurso, fica evidente que, além da segunda pessoa, a primeira pessoa também é afetada porque o índice de ocorrência de sujeito nulo na primeira pessoa do discurso no último período analisado também é baixíssimo (18% de ocorrência), diferenciando-se, porém, da terceira pessoa em que é encontrado o percentual superior a 50% de ocorrência nos anos finais analisados. A autora explica esse resultado através do fato de que o pronome nulo é realizado em casos de terceira pessoa dependendo da posição do Sintagma Nominal (doravante, SN), devendo se manter acessível.

Ademais, Duarte (1995) conclui que o PB é uma língua que está em transição “*de língua pro-drop para língua não pro-drop*”, as quais compõem o chamado Parâmetro do

³ Este paradigma corresponde ao dialeto lisboeta seguindo Galves (2001) em que o pronome de 2ª pessoa do plural *vós* não é produzido pela gramática internalizada dos falantes. Nesse sentido, há apenas uma forma zero nesse paradigma.

Sujeito Nulo (doravante, PSN)⁴ proposto por Chomsky (1981). Sendo assim, é plausível afirmar que o PB se distancia do PE no que se refere à utilização do sujeito nulo, visto que, no decorrer das décadas, há um enfraquecimento na morfologia da flexão verbal (Kato; Duarte, 2014a, 2014b), ocasionando o inevitável preenchimento da posição sujeito por sujeitos plenos. Observe-se, no quadro a seguir, produzido por Kato e Duarte (2014, p. 3), como ocorre esse enfraquecimento do século XIX ao século XX:

Quadro 2: Paradigmas Pronominais e Flexionais do PB do século XIX ao século XX

Pessoa	Pronomes	Século XIX	Século XX/1	Século XX/2
1ps	eu	estudo	estudo	estudo
1pp	nós a gente	estudamos	estudamos estuda	estuda(mos) estuda
2ps	tu você	estudas estuda	estudas estuda	estuda(s) estuda
2pp	vós vocês	estaduais estudam estudam estuda(m)
3ps	ele/ela	estuda	estuda	estuda
3pp	eles/elas	estudam	estudam	estuda(m)

Fonte: Kato e Duarte (2014, p. 3)

Segundo Rizzi (1988; 1997), a fixação positiva do valor do PSN nas línguas que permitem a realização do sujeito pré-verbal, com frequência, por pronomes referenciais foneticamente nulos (Princípio Evite Pronome (cf. Chomsky, 1981)) tem relação direta com a morfologia de flexão verbal rica, logo, conforme já mencionado, o PE é classificado como uma língua *pro-drop*, pois os morfemas números-pessoais são amplamente utilizados para identificar o sujeito nulo:

- (9)a. **pro** Cantei
- b. **pro** Cantamos
- c. **pro** Cantaste

Em seu estudo sincrônico sobre o “*sujeito pronominal no português coloquial europeu*”, Duarte (1995) analisa o sujeito nulo PE em amostras extraídas de entrevistas sociolinguísticas, tomando por base duas faixas etárias: (i) entre 22 a 33 anos e (ii) entre 46 a 60 anos, tendo os falantes níveis de escolaridade distintos (básico, médio e superior). A primeira constatação foi a ocorrência de sujeitos nulos com diferentes pessoas do discurso (1a, 2a e 3a) em orações coordenadas e não coordenadas. Em síntese, a autora observa, por um lado, que, embora possua desinência exclusiva, a primeira pessoa é a que apresenta menores índices de ocorrência tanto nas coordenadas quanto nas não coordenadas, sendo respectivamente 60% e 53% as ocorrências de sujeito nulo. Além disso, verifica-se que há a utilização da expressão **a gente** por indivíduos menos escolarizados, sendo apenas sete de 54 ocorrências do sujeito pronominal de primeira pessoa do plural:

⁴ O Parâmetro do Sujeito Nulo será explicado posteriormente na seção 2 dedicada ao quadro teórico que fundamenta esta investigação.

(10)a. Enfim, **a gente fazíamos** tudo isso, não é?

b. Está bem que **a gente** agora aqui já **temos** uns operadores.

(Duarte, 1995, p. 10)

Por outro lado, conclui que, no caso da terceira pessoa, a utilização do sujeito nulo está ligado à distância do SN (Sintagma Nominal) cujo referente deve estar acessível no discurso, sem que outros nomes interfira no resgate referencial pelo pronome nulo:

(11)a. Bem, **o homem** não teve culpa. Atravessa-se-**lhe** um homem à frente do carro, **ele** parou de repente. Eu vou atrás dele ...

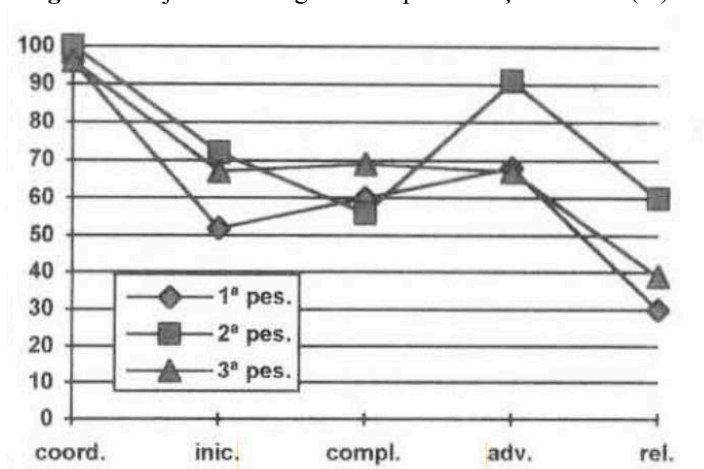
b. ... **ele** quer pescar tudo, quer sempre arranjar taças. E **pro** tem tido sorte com isso porque **pro** já teve três e eu inda só tive uma, que foi nesse concurso. A certa altura vem uma onda. era um dia de , de chuva e **ele** apanhou um banho terrível, ficou todo molhado e não conseguia sair lá de cima, não é?

(Duarte, 1995, p. 10)

Por fim, comprova-se, com o resultado quantitativo obtido, que a segunda pessoa não é influenciada pela forma tratamento escolhido - se direto (tu, vós) ou indireto (você(s), senhor(es)) -, ambas as segundas pessoas do singular e do plural possuem uma porcentagem de ocorrências semelhantes, 70% e 77% respectivamente, todavia, a tipologia da oração se mostrou sensível ao uso do sujeito nulo, seja *declarativa ou interrogativa*.

A outra constatação é sobre o predomínio da escolha do sujeito nulo em variados tipos sintáticos de orações (coordenadas, iniciais, completivas, adverbiais) com exceção das orações relativas. No primeiro momento, os resultados mostram uma divergência de comportamento entre a segunda pessoa com a primeira e terceira pessoa, isto porque, no primeiro caso, há a preferência do sujeito nulo em todos os tipos de orações; já, no segundo caso, especificamente nas orações relativas, há a preferência pelo sujeito pleno. Partindo disso, Duarte (1995) elabora o seguinte gráfico:

Figura 1: Sujeito nulo segundo o tipo de oração em PE. (%)



Fonte: Duarte (1995, p. 12)

A autora explica esse resultado, tendo em mente o fato de que a estrutura sintática das orações relativas possuem o especificador CP (Spec, CP) preenchido; o mesmo fato ocorre

previsivelmente nas completivas interrogativas indiretas e nas raízes interrogativas diretas de primeira e terceira pessoa. Além disso, há “*a falta de correferência entre o sujeito da relativa ou completiva e o sujeito de sua raiz*” (Duarte, 1995, p. 13), isto é, se, na estrutura frasal, os sujeitos forem correferentes, há o predomínio do sujeito nulo; caso contrário, é preferível o sujeito pleno.

Por fim, a autora trata do traço [-animado] da terceira pessoa e a utilização do sujeito nulo, visto que, fica evidente o predomínio do sujeito nulo com o traço [-animado]: de 71 ocorrências com o traço [-animado], 66 utilizam o sujeito nulo, cerca de 93%. As únicas cinco ocorrências de sujeitos plenos nesse contexto são: duas orações principais pospostas a uma subordinada temporal (a primeira com o argumento interno em uma passiva pronominal e a outra com o deslocamento do referente à direita) (cf. (12 e 13)), uma oração raiz (cf. (14)), uma adjunta (cf. (15)) e uma relativa (cf. (16)) com referente na função de complemento:

(12) **Essas cisternas** podem existir em determinados locais. No momento em que há um incêndio, **elas** colocam-se em cima de qualquer camionete, **pro** enchem-se com água e **pro** vão imediatamente aos locais de incêndio. (IM4)⁵

(13) E só depois do Estáline passar é que **ele** saiu na Rússia, **o filme**. (GM3)

(14) ... a estrada tava molhada, meto-**lhe** os travões, **ela** [a moto] resvala-me ... (IK4)

(15) A vantagem e a virtude **do nosso circuito** está precisamente nas características que **ele** tem. (IL 1)

(16) Há coisa de um ano veio uma brigada que esteve a actualizar mais ou menos **todos os processos**, enfim, que (=porque) **eles** necessitavam de ser revistos. (IL3)

(Duarte, 1995, p. 16)

Ao contrário do PE, o PB vem cada vez mais optando pela utilização do pronome pleno, seguindo, segundo defende Duarte (1995), em direção a *línguas não-pro-drop*, o que implica considerar que a geração mais jovem e, sobretudo, as crianças no processo de aquisição do PB tendem a ser as motivadoras da mudança linguística, pois é nessa fase que ocorre “*a refixação de um determinado parâmetro*” (Duarte, 1995, p. 31). Nesse processo de aquisição as crianças brasileiras estão expostas a um *input* que possui o paradigma de flexão verbal cada vez mais empobrecido.

Partindo da pesquisa diacrônica de Duarte (1993) cujos dados foram retirados de textos escritos do PB vinculados a peças teatrais, algumas hipóteses são levantadas para a realização do sujeito nulo em textos jornalísticos do Português de Pernambuco dos séculos XIX ao XXI: a) predominância de sujeitos nulos de terceira pessoa ao longo dos séculos, b) perda de sujeitos nulos de primeira pessoa, c) maior tendência à diminuição do uso do sujeito nulo devido à redução do paradigma flexional. Além disso, é importante salientarmos que, diferente do gênero peças teatrais, em que há um registro mais próximo do vernáculo, selecionamos nesta pesquisa os gêneros Carta do Leitor e Editorial presentes nos textos jornalísticos selecionados. Embora ambos possuam o objetivo de expressar argumentos e opiniões, a Carta do Leitor se estrutura através de uma linguagem considerada concisa, clara e simples e mais próxima da fala (Silva, 2008), ao contrário do Editorial que mantém um maior grau de formalidade e estrutura mais próxima da norma padrão da escrita (Alves Filho, 2009). Dessa forma, ergue-se a hipótese de que haja uma ocorrência maior de sujeitos pronominais plenos na Carta do Leitor, indo na direção do que se verifica na língua falada do PB.

⁵ Duarte (1995) utiliza siglas nos exemplos para identificar a faixa etária do locutor: G (22 a 33 anos) e I (46 a 60 anos); e a escolaridade: K (básica), L (média), M (superior). Os números de 1 a 5 identificam o locutor dentro de seu grupo.

Considerando que este trabalho visa contribuir com as discussões sobre o Parâmetro do Sujeito Nulo, buscamos analisar o uso de sujeitos nulos e plenos no Português de Pernambuco (doravante, PP), sob o viés diacrônico, em cinco momentos históricos: primeira metade do século XIX (1830 a 1850); segunda metade do século XIX (1870 a 1890); primeira metade do século XX (1930 a 1950); segunda metade do século XX (1970 a 1990) e primeira metade do século XXI (2010-2020). Observem-se exemplos extraídos do *corpus* desta pesquisa:

- *Primeira metade do século XIX:*

- (17)a. “**pro** tenho de communicar a V. Exc. de Ordem da Regencia, em Nome do Imperador o Snr. D. Pedro 2^a que o Governo Central ...” (*Editorial*, Ano 1835\ Edição: 00579)
- b. “**Elles** entendem, que lhes será facil desmontar a Constituição, ou tornala tão ineficaz, que apenas exista o nome, e nunca a realidade. (*Editorial*, Ano 1830\00544
- c. “**pro** tratarei unicamente do que se faz mais considerável.” (*Carta do leitor*, Ano 1830\ Edição: 00520)
- d. “...**elles** gritavão aos bravos, que sustentavão os foros da Liberdade Patria...” (*Carta do leitor*, Ano 1830\ Edição: 00519)

- *Segunda metade do século XIX:*

- (18) a. “Se não é, pois, uma idade de ouro financeira, a que **pro** atravessamos, não é menos certo que a situação das finanças do Brasil...” (*Editorial*, Ano 1875\ Edição: 0028
- b. “... o mesmo desprendimento e faculdade com que **nós** pagamos uma passagem de bond!” (*Editorial*, Ano 1890\ Edição: 00011)
- c. “**pro** Levo ao conhecimento de V. Exc. que, segundo consta das participações recebidas...” (*Carta do leitor*, Ano 1870\ Edição: 00003)
- d. “Para **nós** nenhum monopólio *enxergamos* n’este contrato, desde que havia a livre concorrência...” (*Carta do leitor*, Ano 1890\ Edição: 00017)

- *Primeira metade do século XX:*

- (19)a. “E a esse resultado penoso e deplorável **pro** chegamos por causas numerosas e complexas...” (*Editorial*, Ano 1930\ Edição: 00017)
- b. “**pro** Conquistei esse frio viking, que é Marconi, graças ao seu secretário português.” (*Carta do leitor*, Ano 1935\ Edição: 00010)
- c. “...**elle** consegue ou não debelar uma quadrilha, de facínoras, que até hoje as milícias estaduais não conseguiram sobrepujas.” (*Editorial*, Ano 1930\ Edição: 00017)
- d. “Meu primeiro encontro com Marconi ocorreu na Itália. **Elle** acabava de tentar uma serie de comunicações com os habitantes...” (*Carta do leitor*, Ano 1935\ Edição: 00010)

- *Segunda metade do século XX:*

- (20) a. “**pro** Temos ainda bastante capacidade de recuperação para nos desejarmos, mutuamente feliz Ano Novo, e, do fundo do coração, **pro** temos a esperança de que poderá ser feliz.” (*Editorial*, Ano 1975\ Edição: 00001)
- b. “Se **nós** esquecermos da crise econômica mundial, como fator influente” (*Editorial*,

Ano 1975\ Edição: 00001)

c. “**pro** Tivemos também que opor o fato de uma Revolução à periculosidade de uma ordem legal mal conduzida.” (*Carta de leitor*, Ano 1970\ Edição: 00001)

d. “**Nós** vínhamos assistindo, sucessivas vezes, patrioticamente, afirmar-se que iriam ser corrigidas as distorções que empobrecem grandes áreas do país.” (*Carta do leitor*, Ano 1975\ Edição: 00004)

- *Primeira metade do século XXI:*

(21) a. “Ainda que tudo leve a crer numa escolha baseada apenas em critérios econômicos, **manifestações** claras, consistentes e regulares em defesa do projeto, por parte de parlamentares, **pro** contribuiriam, no mínimo, para estimular um envolvimento maior da população.” (*Editorial*, Ano 2015\ O presente que nós queremos)

b. “Não custa lembrar que 2016 tem **eleições** e com *elas*, nova configuração de poder.” (*Editorial*, 2015\ O presente que nós queremos)

c. “**pro** Adianto que sou moradora da rua paralela ao posto e que também escuto o som. Imaginem os idosos moradores do local há muitos anos, já com a saúde abalada.” (*Carta do leitor*, Ano 2014\ Cartas à redação)

d. “**Eles** *relatam* em nossas caminhadas a tristeza e a angústia de não poderem mais dormir nas madrugadas dos fins de semana.” (*Carta do leitor*, Ano 2014\ Cartas à redação)

Com base no que foi exposto, levaremos em conta, neste trabalho investigativo, a relação intrínseca que há entre a reorganização da morfologia flexional e a perda de sujeitos nulos. Para tanto, adotaremos a Teoria de Princípios e Parâmetros (cf. Chomsky, 1981 e seguintes), focando no PSN existente na Gramática Universal (doravante, GU).

É inegável que o PSN é um dos mais estudados desde a publicação de Chomsky (1981), possuindo diversas contribuições e aperfeiçoamentos ao longo das décadas (Roberts, 1993; Duarte, 1995; Ayres, 2021 e seguintes). Assim, neste estudo, buscamos expandir a investigação sobre os contextos que permitem ou limitam o uso do sujeito nulo, considerando que o *corpus* analisado é constituído por gêneros pertencentes à esfera jornalística. Desta forma, com este estudo empírico sobre a atual mudança que o PB processa em sua estrutura, procuramos, nesta breve análise, colaborar em futuros estudos referentes ao parâmetro investigado.

Com esse propósito, o trabalho será organizado visando contemplar o entendimento de todos os leitores, desde o acadêmico de letras até os interessados pela área. Sendo assim, no primeiro momento da segunda seção, buscamos explicar brevemente o PSN (subseção 2.1), posteriormente tratamos das Tradições Discursivas dos gêneros trabalhados, a saber: Carta de Leitor (subseção 2.2.1) e Editorial (subseção 2.2.2), logo após, na terceira seção, pretendemos destrinchar os aspectos referentes à composição da pesquisa, isto é, a metodologia (subseção 3.1), o *corpus* (subseção 3.2) e as variáveis (subseção 3.3), por fim, na terceira e quarta seção, respectivamente, analisamos os dados obtidos e damos as últimas considerações.

2. Quadro teórico

2.1 Teoria Gerativa: pressupostos básicos e o Parâmetro do Sujeito Nulo

Deu-se início em meados da década de 50 uma teoria formulada por Noam Chomsky intitulada “Teoria Gerativa”, “Gerativismo” etc. O autor, contrariando a proposta behaviorista de Skinner, com seu livro chamado “*Syntactic Structures*”, propôs, em 1957, uma teoria mentalista sob as bases de uma hipótese inatista que prevê a existência da Faculdade da Linguagem (doravante, FL) entendida como um dispositivo inato da mente-cérebro que permite aos seres humanos não apenas produzirem sentenças, mas também compreendê-las, emitindo julgamentos de gramaticalidade. Nesse dispositivo, encontra-se a Gramática Universal (GU) composta por princípios, que seriam propriedades universais intrínsecas a todas as línguas, e por parâmetros, o *locus* da variação entre essas línguas, cujos valores — positivos ou negativos — são fixados pela criança no processo de aquisição quando exposta ao *input* da língua-alvo, adquirindo assim a gramática particular dessa língua (em outras palavras, o conhecimento internalizado, a língua-I(interna)). Portanto, tanto os princípios quanto os parâmetros são pré-determinados geneticamente, visto que a teoria postula que os indivíduos possuem um dispositivo inato dedicado unicamente à linguagem:

A faculdade da linguagem pode ser razoavelmente considerada um ‘órgão da linguagem’ da mesma forma que os cientistas falam do sistema visual, do sistema imunológico ou do sistema circulatório como órgãos do corpo. Entendido dessa forma, um órgão não é algo que possa ser removido do corpo, deixando o restante intacto. É um subsistema de uma estrutura mais complexa. (Chomsky, 2001, p. 4)

Em síntese, contrariando a proposta behaviorista de que a língua é adquirida e moldada socialmente, Chomsky formula que a FL é um dispositivo inato a partir do qual todos os indivíduos (exceto os que possuem patologias críticas que afetem esse mecanismo) possuem a capacidade de desenvolver a competência linguística através de estímulos denominados “*inputs*” e de produzir — inicialmente por “*outputs*” — uma quantidade infinita de sentenças.

Ora, sendo os princípios comuns em todas as línguas, caso haja violação de um dos princípios, a sentença violada se torna agramatical em todas elas, ou seja, o cérebro/mente humana é incapaz de decodificar o sentido de uma sentença cujo princípio é violado. Dito isso, um exemplo de princípio formulado por Chomsky (1981) é o de que toda língua projeta a posição sujeito, a saber: o Princípio de Projeção Estendido (doravante, EPP). Associado ao EPP, encontra-se o PSN, parâmetro cujos valores estão relacionados ao preenchimento ou não da posição sujeito por sujeitos nulos ou plenos. Em línguas como o italiano, por exemplo, dá-se a marcação positiva do parâmetro, pois sujeitos nulos (**pro**) ocupam a posição sujeito, conforme verificado em (22b):

- (22)a. * Paolo ha detto che lui viaggerá.
“Paulo disse que ele viajará.”
b. Paolo ha detto che **pro** viaggerá.
“Paulo disse que viajará.”
(Mioto, 2007, p. 25)

Por legitimar sujeitos nulos em decorrência de a sua morfologia de flexão verbal ser rica para identificar o traço de número e pessoa do sujeito, o italiano é considerado uma língua pro-drop, visto que, segundo Calabrese (1986), se o referente for esperado na sentença,

o sujeito nulo tende a ser obrigatório. Logo, na sentença (22a), a presença do pronome **lui** implica uma referência disjunta, fazendo com que haja duas pessoas diferentes como referentes **Paolo** e **lui**, tornando a sentença inaceitável.

Contrariamente ao italiano, no PB — língua de sujeito nulo residual (Oliveira, 2000) ou também língua *semi-pro-drop* (Silva, 2004) que caminha em direção às línguas *não-pro-drop* devido à perda do princípio “Evite Pronome” (Duarte, 1995)-, o uso de sujeitos nulos se tornou opcional e o uso de sujeitos plenos mais frequente, fazendo com que sentenças como (23a) e (23b) sejam gramaticais:

- (23)a. O Paulo disse que ele vai viajar.
b. O Paulo disse que **pro** vai viajar.
(Miotto, 2007, p. 24-25)

Posto isto, ainda que haja uma maior utilização dos sujeitos plenos, principalmente na oralidade e em gêneros que se aproximam da oralidade, o PB, assim como o italiano, permite a utilização do sujeito nulo, se opondo, até o momento, as línguas *não-pro-drop* como o inglês, por exemplo, que não permite sujeitos nulos (cf. (24b):

- (24)a. Paul has said that he will travel.
“Paulo disse que ele viajará.”
b. * Paul has said that **pro** will travel.
“Paulo disse que viajará”
(Miotto, 2007, p. 25)

Em (24b) não é permitido o sujeito nulo devido ao fato de a morfologia da flexão verbal no inglês ser pobre, ocasionando a marcação negativa do PSN.

Em suma, a GU é formada por princípios rígidos e flexíveis (parâmetros), sendo o primeiro comum em todas as línguas naturais e o segundo binário, este agregando valores (+) ou (-) durante o processo de aquisição. Portanto, tendo em vista o parâmetro estudado no presente trabalho, línguas como o italiano, que marcam o valor positivo, são consideradas *pro-drop*, e línguas como o inglês, que marcam o valor negativo, são consideradas *não-pro-drop*. Em concomitância a essas línguas temos o PB, que possui o sujeito nulo residual (Cf. Oliveira, 2000) devido ao enfraquecimento da morfologia flexional, sendo considerada uma língua *semi-pro-drop*.

2.2. Tradição Discursiva: breves incursões

O conceito de Tradição Discursiva (doravante, TD) deu-se início na década de 80 no século XX, a partir da Filologia Pragmática alemã, especificamente na linguística românica (cf. Gomes, 2007; Kabatek, 2006; Zavam, 2009; Koch, 1997 e seguintes). É importante ressaltar que a linguística românica é fortemente influenciada pelos ensinamentos do linguista Eugenio Coseriu. Segundo Coseriu (1980), a linguagem é atividade criadora, isto é, a língua não é simplesmente estática, pelo contrário, é um sistema de produção fundamentado por tradições internalizadas sucessivamente ao longo da historicidade linguística. Desta forma, o autor propõe que a linguagem deve ser vista a partir de uma visão tripartida da atividade linguística, como é possível ver no trecho a seguir:

[...] uma atividade humana **universal** que se realiza **individualmente**, mas sempre segundo técnicas historicamente determinadas ("línguas"). Com efeito, todos os seres humanos adultos e normais falam e, em certo sentido, falam sempre [...]. Por outro lado, todo falante fala individualmente (mesmo no diálogo): a linguagem não é nunca atividade "coral". Por fim, a linguagem se apresenta como **historicamente** determinada, como "língua" (italiano, português, francês, alemão, etc.); não há falar que não seja falar uma língua. (1980, p.91)

Logo, de acordo com o autor, a linguagem apresenta três níveis distintos, sendo esses: *o nível universal, o nível histórico e o nível individual*. O nível universal corresponde à capacidade inata de nos comunicarmos, independentemente do idioma empregado, ou seja, todos — desconsiderando patologias etc. — possuem a competência intrínseca de “*falar em geral*” por meio do “*saber elocucional*” e produzir uma “*totalidade dos enunciados*” (*idem*, p. 93). Por outro lado, o nível histórico é a “*língua concreta*”, isto é, seria a língua particular como sistema de significação organizado e atualizado historicamente a partir do “*saber idiomático*” de determinadas comunidades linguísticas (inglês, espanhol, português etc.) produzindo a “*língua abstrata*” (*idem*, p. 93). Por fim, o nível individual (ou particular) refere-se ao “*saber expressivo*” presente no *discurso* de um falante, seja na modalidade oral ou na modalidade escrita (*idem*, p. 93).

Sendo interdependentes, os três níveis mencionados acima se manifestam ao mesmo tempo numa situação conversacional, por exemplo, no contexto de conversação utilizamos o nível universal — o falar que é comum a todos os humanos — , o nível histórico — utilização de um idioma atualizado historicamente — e o nível individual — produção da fala por meio de textos/discurso em uma situação concreta e particular. A partir da tripartição da atividade linguística proposta por Coseriu, estudiosos buscaram ampliar essa discussão, com isso, posteriormente, Koch (1997) aperfeiçoou o conceito promovendo uma bipartição no nível histórico através do acréscimo da história da TD em concomitância com a história da língua:

Considero, portanto, indispensável duplicar o modelo de Coseriu no nível histórico. Paralelamente ou, melhor dizendo, transversalmente às tradições e normas intralinguísticas, devem ser incluídas também as tradições textuais ou - como as denomino - as tradições discursivas ou normas discursivas. (1997, p.45)

Embora a TD esteja presente no mesmo nível que as “*línguas particulares*”, Koch (1997) deixa claro que são categorias distintas do nível histórico. Além disso, enquanto as línguas particulares possuem como regra o saber idiomático, a TD possui as chamadas “regras discursivas”, como observa-se no quadro abaixo:

Quadro 3: Níveis e domínios da linguagem

NÍVEL	DOMINIO	TIPO DE REGLAS
universal	actividade del hablar	reglas elocucionales
histórico	lengua histórica particular	reglas idiomáticas
	tradición discursiva	reglas discursivas
actual/ individual	discurso	

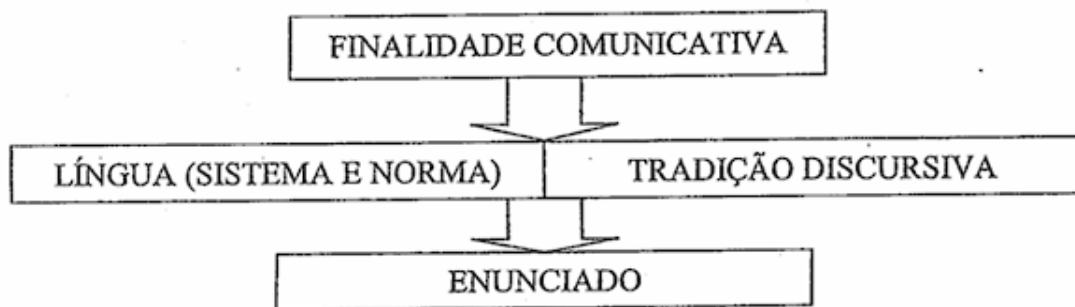
Fonte: Koch (2008, p. 54)

Ainda segundo o autor, as diferenças entre a língua particular e a tradição discursiva são evidentes, visto que, enquanto a primeira é composta por diversas comunidades

linguísticas (alemão, inglês, francês, português, russo etc.), a segunda é composta por “[...] gêneros textuais, gêneros literários, estilos, gêneros retóricos, formas conversacionais, atos de fala, etc. como, por exemplo, a bula, o soneto, o maneirismo, o discurso cerimonial, o *talkshow*, o juramento de fidelidade do vassalo ao rei, etc.” (1997, p.45).

De acordo com Kabatek (2006), falar sobre a reduplicação do nível histórico é equivalente a dizer que a atividade do falar, tendo como finalidade comunicativa concreta, passa por dois filtros simultâneos até alcançar o produto do ato comunicativo, isto é “[...] *um primeiro filtro corresponderia à língua e um segundo corresponderia às tradições discursivas* [...]” (*idem*, p. 508). Sendo assim, o autor exemplifica essa teoria a partir do esquema abaixo:

Figura 2: Tradições Discursivas



Fonte: Kabatek (2006, p. 508)

Dessa forma, o autor postula que no ato comunicativo, a finalidade comunicativa passa por dois filtros antes de chegar no produto final: o enunciado. Isto é, quando encontramos com outro indivíduo em um situação cotidiana e saudamos com “bom dia”, “boa tarde”, “boa noite”, a finalidade não se encontra somente no acervo gramatical ou lexical do português, como também, no nosso acervo construído ao longo dos tempos e estabelecido por comunidades linguísticas, ou seja, na nossa tradicionalidade discursiva. Em síntese, Kabatek define a TD como:

“[...] a repetição de um texto ou de uma forma textual ou de uma maneira particular de escrever ou falar que adquire valor de signo próprio (portanto é significável). Pode-se formar em relação a qualquer finalidade de expressão ou qualquer elemento de conteúdo, cuja repetição estabelece uma relação de união entre atualização e tradição; qualquer relação que se pode estabelecer semioticamente entre dois elementos de tradição (atos de enunciação ou elementos referenciais) que evocam uma determinada forma textual ou determinados elementos linguísticos empregados” (*idem*, p.512).

Dito isto, apesar de ser um conceito recente, a TD torna-se base essencial para o estudo dos gêneros linguísticos em geral, visto que abrange desde as fórmulas tradicionais discursivas (de saudações, agradecimentos, promessas etc.) até os gêneros das esferas comunicativas consideradas mais complexas (jurídica, jornalística, literária etc.). Além disso, sobre os estudos linguísticos, as TD expandem perspectivas e possibilitam novas interpretações, posto que, há a possibilidade de entender como se desenvolveu o processo de mudanças diacrônica de uma língua particular levando em consideração os aspectos internos e externos. Nas próximas seções, abordaremos de forma breve a TD dos gêneros que compõem o *corpus* da presente pesquisa, a saber: Carta de Leitor e Editorial.

2.2.1 Tradição Discursiva: Carta de Leitor

Vimos anteriormente que, através da carta escrita por Pero Vaz de Caminha enviada para Portugal, o gênero carta se fez presente nos primórdios da dominação portuguesa em território brasileiro. Segundo Bakhtin (1992), os gêneros do discurso refletem diferentes funcionalidades para o campo de atividade humana, não sendo diferente, portanto, o gênero carta, visto que, ao longo dos séculos, houve inevitavelmente adaptações de acordo com as modificações da realidade social. Por exemplo, o gênero carta pessoal, com o passar dos anos, caiu em desuso devido aos avanços tecnológicos, tendo posteriormente seu papel comunicativo substituído por outros gêneros, como o *e-mail*. Além da carta pessoal, o gênero carta também originou diversas outras subcategorias de gênero textual, como: carta-convide, carta comercial, carta de demissão, carta de admissão, carta do leitor etc. sendo o foco, nesta presente análise, a última categoria mencionada.

Nascida desde a constituição da imprensa na Europa no final do século XV (cf. Silva, 2008), a Carta de Leitor exerce um espaço importantíssimo no âmbito jornalístico, isto porque é através desse gênero que há a possibilidade de trocas comunicativas entre o público e os meios de comunicações formais, sendo ela uma ferramenta necessária para que o autor expresse sua opinião, reivindique questões políticas/sociais, fale sobre cultura ou ainda exponha sua subjetividade. De acordo com Gomes (2015, p. 292):

As cartas de leitor são de autoria diversa e muitas vezes assinadas com pseudônimos. Adequavam-se aos interesses dos sujeitos-autores da época, ao exporem para a sociedade a necessidade de mudanças nos hábitos, em prol da civilização e dos bons costumes. É por meio das cartas de leitor que os sujeitos-autores expressam suas percepções sobre as reformulações dos modos de vida e participavam dos problemas atrelados à sociedade.

Dado que o gênero se situa no contexto jornalístico considerado formal (Gomes, 2015; Pelizari, 2019; Silva, 2008), há evidentemente uma maior utilização de recursos linguísticos característicos do meio veiculado. Nesse sentido, os autores buscam aumentar o grau de formalidade e impessoalidade na escrita dessas cartas para que haja um certo distanciamento da língua falada. Entretanto, mesmo que haja a pretensão dos autores em manter o tom cerimonioso, há inevitavelmente nesse gênero marcas da oralidade. Logo, é comum em textos dessa categoria verificar traços da oralidade transportados para a modalidade escrita. Em sua pesquisa, Gomes (2015), também ao trabalhar com um *corpus* retirado do *Diário de Pernambuco* (XIX e XX), verifica recursos interativos que vão desde perguntas retóricas à utilização de provérbios, ou então, formulação de boatos e uso de interjeições nas cartas do leitor.

Em relação às cartas de leitores selecionadas para o presente estudo, notou-se que as cartas estavam localizadas em seções no jornal que continham rubricas com os termos seguintes: “correspondências” (início do século XIX) e, respectivamente, “publicações a pedido”/“opinião” (século XX em diante). É interessante, principalmente no século XIX, a utilização frequente da expressão “Snrs. Redatores” (cf. (25)). Além disso, os autores buscam interagir com outros interlocutores, como os os leitores do jornal, por exemplo (cf. (26)):

(25) Rogo-lhes pois, *Snrs. Redatores* por vida dos seus| typos, que não mais nos môa a paciência com esse A-| núncio de maõ agoiro; antes encha esse pequeno vazio| com algûs versinhos do Badarra, ou ainda mesmo dei-| xenos esse espaço em branco.

(Carta de leitor do *Diario de Pernambuco*, 07/03/1835)

(26) Para conhecimento dos *leitores* e de todo *povo* desta província, publicamos abaixo a integra das leis de que fallamos e mandamos que a União se mire neste espelho: [...]

(Carta de leitor do *Diario de Pernambuco*, 08/01/1875)

Além das características mencionadas, a autora Castilho (2011), ao analisar diferentes cartas de leitores através de um *corpus* do século XIX e XX dos jornais de São Paulo, verificou diferentes tipologias, a saber: (i) a *carta opinativa e de reclamação* em que são encontradas perguntas retóricas (“Que fez o governo para realizar tão estupenda coisa!” (p. 290)) e (ii) cartas de cunho ofensivo em que estão presentes tanto xingamentos diretos originários da linguagem culta (“turbulento”, “traidor”, “cobarde”) quanto da coloquialidade (“meu pedaço d’asno”) (p. 291).

Em síntese, o subgênero textual carta de leitor passou inevitavelmente por mudanças ao longo dos séculos, entretanto, seu propósito comunicativo se manteve intacto, a saber: o leitor expressa suas opiniões, críticas, elogios ou sugestões a respeito de um texto, artigo, ou publicação de uma mídia, como jornais, revistas ou sites. Além disso, trata-se de uma forma de interação entre o público e os veículos de comunicação, permitindo que os leitores contribuam para o debate público ou comentem sobre temas de interesse geral.

2.2.2 Tradição Discursiva: Editorial

Sendo também um gênero da esfera jornalística, o editorial sofreu mudanças contínuas no seu processo evolutivo, se adaptando às diferentes sociedades ao longo dos anos. Considerando a perspectiva bakhtiniana de que a língua é um fenômeno de interação social, todo texto, seja ele falado ou escrito, se materializa na forma de gênero textual, logo, cada esfera da comunicação, segundo Bakhtin (1992, p. 279) “comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa”.

É importante ressaltarmos que o surgimento da imprensa foi um marco no Brasil do século XIX, visto que abriu espaço para o público se situar socialmente e, além disso, expor suas ideias, opiniões, aflições etc. Dado que, mesmo que o jornalismo contemporâneo seja fortemente informativo e interpretativo, suas raízes são fundamentalmente opinativa e tendenciosa (cf. Zavam, 2009, p. 128). Posto isso, o editorial sendo um “gênero do discurso” presente na esfera jornalística (cf. Alves Filho, 2006), possui em sua superfície textual a pretensão comunicativa de persuadir o interlocutor por meio de sua opinião e recursos manipulativos.

Ademais, as características principais do gênero são: 1) expressar um determinado ponto de vista no meio em que é publicado (seja jornal ou revista), 2) opinar a respeito de temas contemporâneos (geralmente são assuntos polêmicos) e 3) impessoalizar o redator (não consta a autoria no texto) (Köche, 2012, p. 59, *apud* Pelizari, 2019). Sobre o último ponto mencionado, é importante notar que, atualmente, o que se verifica nos editoriais é, sobretudo, a “opinião da empresa”, sendo assim, de acordo com Zavam (2009, p. 132), retomando as considerações de Melo (1985):

[...] o editorial deixou de representar a voz do dono e passou a representar a defesa de interesses de setores empresariais e financeiros. Continua sendo expressão de opinião, mas a opinião das forças que os mantêm. Por outro lado [...] ainda é possível encontrar editoriais que representem a opinião do dono, mas isso só acontece em jornais de pequeno e médio porte, cujo controle financeiro está nas mãos de um proprietário ou de sua família.

Sob um viés histórico, Gomes (2007, p. 88 e seguintes) observa que o jornalismo brasileiro passou por três fases de tendências distintas, são elas: 1) **político-panfletária** (primeira metade do século XIX): marcada por um forte teor opinativo sem medidas para a imparcialidade, 2) **literário-independente** (início da segunda metade do século XIX): buscava contemplar temáticas culturais e de cunho científico e 3) **telegráfico-informática** (final do século XIX): marcada pela transição dos avanços tecnológicos, os jornais dessa época tiveram que se adaptar ao mercado visando, principalmente, ao caráter informativo do gênero e a uma linguagem mais direta/objetiva. Logo, a terceira fase do jornalismo influenciou diretamente a construção do texto editorialista, visto que essa fase foi composta por mudanças extralinguísticas que exigiram a adaptação do gênero no eixo jornalístico.

Além disso, em uma pesquisa contemporânea, Alves Filho (2006), menciona sete aspectos do gênero que se destacam: 1) *impessoalização*; 2) *institucionalização*; 3) *ausência de assinatura e de elementos biografizantes*; 4) *uso da variedade padrão*; 5) *interação entre instituição e indivíduos-leitores*; 6) *busca e cobrança por uma coerência enunciativa* e 7) *ineditismos textual* (p. 84-87). Levando em consideração os três primeiros aspectos, nos editoriais analisados durante a pesquisa que realizamos, os autores, além de não assinarem seus nomes por representarem uma instituição, preferem manter a impessoalidade e objetividade na construção do texto. Para tanto, fazem o uso de recursos linguísticos específicos do gênero, como por exemplo, a utilização da terceira pessoa, em detrimento da primeira pessoa do singular, com o intuito de promover a imparcialidade e omitir a subjetividade.

No editorial abaixo retirado do *corpus* da pesquisa, observa-se como se materializam algumas das estratégias de impessoalização do redator, visto que, há tanto a utilização do sujeito nulo (3ª do singular e plural e uma ocorrência da 1ª pessoa do plural), quanto a escrita com a predominância da terceira pessoa:

Exemplo 1: Editorial retirado do Diário de Pernambuco do século XXI

Editorial: Assédio sexual

Inaceitável. Talvez seja esse o adjetivo mais adequado para definir o assédio sexual. **A violência**, graças ao aumento de denúncias de **mulheres** que se *sentem* agredidas, **pro ganha** visibilidade e **pro chama** a atenção para a prática cujas **raízes remontam ao passado** que *deveria* ter sido enterrado na poeira do atraso.

Vão longe **os tempos** que *inspiraram* o Padre Antônio Vieira a afirmar que **a mulher** só *deveria* sair de casa em três oportunidades — no batizado, no casamento e no enterro. Sobretudo depois do movimento libertário da década de 60, **a mulher conquistou** direitos indiscutíveis. **pro Foi** às ruas, **pro invadiu** universidades, **pro conquistou** o mercado de trabalho. Mesmo setores masculinamente fechados como as Forças Armadas lhe abriram as portas.

A mentalidade, porém, *ficou* em descompasso com a mudança social. **O machismo**, que *considera* a pessoa do sexo oposto propriedade da qual pode dispor como lhe aprouver, **pro continua** vivo como no século 16. Daí a ocorrência de assédio sexual em ruas, escolas, cinemas, transporte público. Vale o exemplo. **No primeiro semestre** deste ano, *ocorreram* 1.370 estupros na cidade de São Paulo. A média: um a cada 11 horas.

Só em trens e metrô, registraram-se 127 denúncias no mesmo período na capital paulista. Não há risco de incorrer em erro caso se afirme que há subnotificação. **O número** *deve* ser bem maior. Muitas **mulheres** não *denunciam* os abusos seja por falta de tempo, seja por descrença na punição, seja por ver com naturalidade o ato tantas vezes repetido sem nenhuma consequência.

A afronta não *constitui* exclusividade da cidade mais populosa do país. Estende-se Brasil e mundo afora. **O assunto** *mereceu* estudo da Organização Mundial do Trabalho (OIT), que assim o caracterizou: “**O assédio** sexual está intrinsecamente ligado com o poder e, na maioria das vezes, **pro acontece** em sociedades em que a mulher é tratada como objeto sexual e cidadã de segunda classe”.

Impõe-se, pois, mudança de mentalidade. Trata-se de transformação lenta mas indispensável. **Punição** *é* um dos caminhos a ser seguidos. **Abusadores** *têm* de responder na Justiça pelo ato. **A certeza da punição** *é*, com certeza, inibidor de aventuras machistas. É necessário também prevenir. **Campanhas** dos meios de comunicação de massa *acendem* a luz amarela na cabeça **dos** que *pensam* embarcar em prática que **pro conhecem** ou da qual já **pro ouviram** falar.

A escola e a família também *desempenham* papel substantivo. Meninos *precisam* ser educados a respeitar as meninas. Só assim, a **doença social** que *pune* a mulher tanto no espaço doméstico quanto no espaço público **pro** *baterá* ponto final. Enquanto não **pro** *atingirmos* esse grau de conscientização, o homem que *teima* em desconhecer a leitura correta do tempo **pro** *pensará* duas vezes antes de atacar. **Assédio sexual** é inaceitável.

Diário de Pernambuco, 05 setem. 2017

Durante a pesquisa, notou-se que, de fato, maior parte dos editoriais **prefere** o uso da terceira pessoa em detrimento da primeira pessoa, entretanto, um fato curioso encontrado no *corpus* é que, dentre os 9 sujeitos pronominais em primeira pessoa do material, foi possível observar que, ao longo do século XIX até o XXI, há 8 ocorrências da primeira pessoa (5 no singular e 3 no plural) concentradas no século XIX, um resultado que vai na direção do seguinte resultado obtidos por Zavam (2009) em jornais cearenses durante uma pesquisa diacrônica realizada desde o século XIX aos dias atuais: predomínio da forma pronominal de primeira pessoa, especificamente, do plural, no século XIX.

Tendo em vista que o século XIX foi marcado por ser o início da imprensa e da tendência político-panfletária, já era esperado que os autores expressassem o ponto de vista discursivo se colocando diretamente no texto. Segundo Gomes (2007, p. 64), “o ponto de vista discursivo, nas primeiras versões do editorial, é marcado pelo uso do pronome ‘nós’”. Seguem-se alguns exemplos que retiramos do *corpus* do *Diário de Pernambuco* da nossa pesquisa:

(27) “**Nós** sabemos alias, que o Imperador he| bem intencionado, e deseja acertar: mas| tão bem não ha quem ignore o tráfico de| infernaes intrigas, em que vivem quasi| todas as Cortes, mormente a nossa.”

(Editorial: *Diário de Pernambuco*, 9 dez. 1830)

(28) “Pagou ao paquele que o conduziu para a Eu-| ropa pela condição de não tocar na Bahia, mil| libras este linas com o mesmo desprendimento| e facilidade com que **nós** pagamos uma passa-| gem de bond!”

(Editorial: *Diário de Pernambuco*, 15 jan. 1890)

Durante a leitura dos editoriais, é possível perceber que a utilização do pronome “nós” passa a ser usada tanto para mostrar o posicionamento da imprensa, quanto para se referir ao coletivo social. Assume-se, desta forma, o emprego da primeira pessoa do plural como forma de expansão do ser individual, ou seja, para um “eu” além do redator (Benveniste, 1988 *apud* Gomes, 2007).

Levando em consideração que “as mudanças históricas dos estilos da língua são indissociáveis das mudanças que se efetuam no gênero do discurso” (Bakhtin, 1992, p. 285), é importante considerar que, se uma sociedade se transforma, o mesmo ocorre com os gêneros. Sendo assim, a imprensa do século XIX refletia os interesses da época inevitavelmente, visto que o período foi marcado por notáveis acontecimentos que provocaram radicais mudanças políticas na sociedade, a saber: a independência, a abolição do trabalho escravo, a criação da república e outros momentos internos do país. Sendo um contexto “[...] em que política e imprensa se confundiram da forma mais radical” (Lustosa, 2003, p. 59 *apud* Gomes, 2007, p. 74), o período político-panfletário foi marcado por autores extremamente expressivos politicamente.

Por fim, face a esses acontecimentos, a tendência que transitou entre a política-panfletária e a telegráfico-informática marcou o jornalismo literário independente. Nessa fase, houve resistência por uma parcela de editoras que não aceitaram aderir ao perfil

mercadológico e sucumbiram com o tempo (cf. Gomes, 2007, p. 85), entretanto, as que permaneceram no mercado mantiveram o equilíbrio entre a imprensa e a literatura. Logo, os editoriais da época refletiam esse contexto transitório. Observe-se o trecho a seguir que retiramos do *corpus* do *Diário de Pernambuco* nossa pesquisa:

(29) “Pois bem! Com essa fê na alma e esse pharol| reluzente á vista, caminemos direitos, com passo decidido, em nome de todas as consciências que| teem sêde de liberdade, e em nome de todas as| miserias que não podem esperar mais tempo| Saudação e fraternidade.”

(Editorial: *Diário de Pernambuco*, 17 jan. 1870)

O fragmento acima, embora seja de cunho político, faz uso de recursos estilísticos (metáfora, prosopopeia e metonímia) e investe na poeticidade da linguagem. Esses recursos refletem o contexto histórico em que o gênero está inserido, mantendo a mesma finalidade comunicativa: sensibilizar o leitor em benefício da causa em que o autor está pautado. Segundo Gomes (2007, p. 116), “a passagem de uma tradição discursiva a outra, não se trata de duas tradições discursivas, e sim uma mesma tradição discursiva passando por etapas de formação”. Nessa acepção, por mais que o gênero passe por mudanças estruturais, por exemplo, a sua natureza comunicativa permanece imutável.

3. Procedimentos metodológicos

3.1. Método adotado e seleção dos textos jornalísticos

A fim de compreender o comportamento do PSN com base em dados extraídos de textos jornalísticos do século XIX ao século XXI, foram feitos, inicialmente, pesquisa, seleção, leitura e fichamento de materiais bibliográficos acerca da temática abordada aqui considerando a teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1981; Kato, 2006; Duarte, 1995).

Ademais, utilizamos o método de abordagem hipotético-dedutivo adotado pelos linguistas gerativistas, e os métodos de procedimento, o comparativo e o estatístico: o primeiro foi usado para comparar os resultados advindos de dois gêneros textuais (Cartas do Leitor e Editoriais) e o segundo, para realizar a análise quantitativa dos dados. A escolha desses dois gêneros, conforme já enunciado, embasa-se na seguinte hipótese: há maior ocorrência de sujeitos nulos nos editoriais do que nas cartas de leitor, tendo em vista que aqueles possuem maior grau de formalidade, ao contrário destes.

Para a constituição do *corpus*, foram cuidadosamente selecionadas 40 edições do *Diário de Pernambuco* desde o século XIX até o século XXI, totalizando 80 textos, sendo 40 editoriais e 40 cartas de leitores, conforme apresentado no quadro a seguir:

Quadro 4: Distribuição e quantitativo de textos por gênero textual em cinco períodos de tempo

Século	Carta do leitor	Editorial
1ª Séc. XIX	8	8
2ª Séc. XIX	8	8
1ª Séc. XX	8	8
2ª Séc. XX	8	8
Séc. XXI	8	8
TOTAL GERAL:	40	40

Fonte: Autora deste trabalho

Vale referir ainda que as edições dos séculos XIX e XX foram encontradas no acervo digital e público da Hemeroteca Digital do Brasil (<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>). Já as edições do século XXI foram encontradas no site do *Diário de Pernambuco* (<https://www.diariodepernambuco.com.br>) que é aberto para ampla visualização.

3.2. Constituição do *corpus*

Escolhidos os textos, foram selecionadas as ocorrências de sujeitos nulos e plenos que compõem o *corpus* desta pesquisa que se constitui em 1.001 sentenças, nas quais 494 fazem parte do gênero Carta do Leitor e 507, dos Editoriais. Vejam-se algumas ocorrências desse *corpus*:

Quadro 5: Exemplos de dados do *corpus* da pesquisa, levando em conta o tipo gênero e o período de tempo

Século	Carta do Leitor	Editorial
1ª séc. XIX (1830 a 1850)	<p>I. “Eu, Snr. Editor, não desejo encontrar daquele modo esses miseráveis absolutistas; não desejo sua ruína; mas que se convertão e que vivão.”</p> <p>II. “... e por isso mesmo pro tinha deixado de levar tal fato ao conhecimento do excelentíssimo Sr. Presidente...”</p>	<p>I. “Todavia o Nosso Deffensor Perpetuo so os tollera, em quanto os não conhece: mas hum dia virá, que Elle descortine toda essa enredada...”</p> <p>II. “Presentemente, graças aos cuidados do medico, pro está fora do perigo e pro entrou em convalescença. Desde que pro pôde fallar, pro contou as circunstancias do</p>

			atentado cometido sobre a sua pessoa e pro denunciou o culpado.”
2ª séc. XIX (1870 a 1890)	I. “...e em virtude da mesma lei foram eles desnaturalizados, proscritos e exterminados.” II. “ pro Protestei ser isto falso, mas em vez de moderar-se o meu agressor prorrompeu em gritos terríveis e mandando buscar chicote, fez-me derrubar do cavalo...”	I. “ Eu conhecia-a, eu que durante dezoito annos atirei contra ella o meu rochedo de Sisyphé.” II. “A Tribuna Liberal, que era uma algazarra dissonante no melindroso estado da reconstituição da patria, intrigando e conspirando, pro devia acabar estrangulada e não como pro acabou...”	
1ª séc. XX (1930 a 1950)	I. “Meu primeiro encontro com Marconi ocorreu na Itália. Elle acabava de tentar uma serie de comunicações com os habitantes...” II. “Aquele homem pelo qual ele me mandara avisar era nem mais nem menos que um antigo secretario de Joaquim Nabuco. E que pro adorava Nabuco com uma emoção quase religiosa.”	I. “... elle consegue ou não debella uma quadrilha, de facínoras, que até hoje <i>as</i> milícias estaduais não conseguiram sobrepujas.” II. “... o Dr. Sergio Loreto disse que vinha ao Recife em visita á sua familia e afim de rever os bons amigos que aqui pro deixou.”	
2ª séc. XX (1970 a 1990)	I. “ Nós vínhamos assistindo, sucessivas vezes, patrioticamente, afirmar-se que iriam ser corrigidas as distorções...” II. “ pro Sabemos que o homem que tem o encargo de conduzir o BRASIL quer ouvir os brasileiros decidir com justiça.	I. “Se nós esquecermos da crise econômica mundial, como fator influente.” (SP) II. “... pro acrescentemos a probabilidade de não ter sido simples coincidência a concentração de boatos e declarações...” (SN)	
Séc. XXI	I. “ Eles relatam em nossas caminhadas a tristeza e a angústia de não poderem mais dormir nas madrugadas dos	I. “ O lixo está diretamente vinculado ao meio ambiente, à qualidade do solo, à economia e aos problemas de	

(2010 a 2020)	II.	fins de semana.” “ pro Costumo ensinar na Oficina de Criação Literária que uma ação – ou uma cena – deve ser escrita com palavras exatas, apenas o inevitável.’	II.	saúde pública.” “O assédio sexual está intrinsecamente ligado com o poder e, na maioria das vezes, pro acontece em sociedades em que a mulher é tratada como objeto sexual e cidadã de segunda classe...”
------------------	-----	---	-----	---

Fonte: Autora deste trabalho

Constituído o *corpus*, selecionamos as variáveis independentes, conforme consta na próxima subseção.

3.3 Inventário das variáveis e codificação dos dados

Para a realização desta investigação, selecionamos três variáveis linguísticas (a saber: (a) tipo de sujeito, (b) realização do sujeito pleno e (c) o traço número-pessoal) e uma variável extralinguística (a saber: tipo de gênero textual), a fim de verificarmos quais de seus fatores poderiam favorecer a variável dependente associada ao *Tipo de Sujeito* composta pelos fatores *sujeito nulo* e *sujeito pronominal pleno*.

Observe-se, no quadro 5, o inventário das variáveis com seus respectivos fatores:

Quadro 6: Inventário das variáveis com seus respectivos fatores

VARIÁVEL	FATORES
Tipo de sujeito	Sujeito Nulo
	Sujeito Pronominal
Realização do sujeito pleno	Pronome
	Sintagma Nominal
Traço número pessoal	1ª pessoa do singular
	3ª pessoa do singular
	1ª pessoa do plural
	3ª pessoa do plural
Tipo de gênero textual	Editorial
	Carta de leitor

Fonte: Autora deste trabalho

Selecionadas as variáveis, os dados do *corpus* foram codificados consoante os fatores apresentados para posterior tratamento estatístico cujos resultados são apresentados e analisados na próxima seção.

4. A análise dos dados

Dando início à análise dos dados, observem-se os resultados obtidos no quadro 7 que mostram o cômputo geral das ocorrências de sujeitos pronominais e nulos do século XIX ao XXI:

Quadro 7: Tipo de sujeito ao longo dos séculos

Tipo de sujeito	SÉCULO XIX		SÉCULO XX		SÉCULO XXI	SÉCULO XIX AO XXI
	1ª metade (1830 a 1850)	2ª metade (1870 a 1890)	1ª metade (1930 a 1950)	2ª metade (1970 a 1990)	1ª metade (2010 a 2020)	(1830 a 2020)
Sujeito pronominal	62 (50,82%)	31 (26,27%)	18 (21,95%)	16 (21,92%)	5 (7,81%)	132 (28,75%)
Sujeito nulo	60 (69,18%)	87 (73,73%)	64 (78,05%)	57 (78,08%)	59 (92,19%)	327 (71,21%)
Total Geral	122	118	82	73	64	459

Fonte: autora deste trabalho

É notável a preferência do sujeito nulo em todos os períodos, considerando apenas a modalidade escrita no contexto jornalístico, diferenciando-se do que ocorre na fala em que há o predomínio do sujeito pronominal expresso em PB (cf. Magalhães, 2000; Mendonça & Nascimento, 2015; Duarte, 1995; Ayres, 2021 e seguintes). Em concordância com Duarte (2018) no seu trabalho *Sobre Pronomes Pessoais na Fala e na Escrita*, fica evidente a maior inclinação da escrita à gramática padrão ensinada nas escolas cujo modelo é a norma europeia do português, o que ocasiona o distanciamento da gramática do português vernacular (ou popular) brasileiro. Segundo a autora, “... a escrita recupera de forma impressionante os sujeitos “ocultos”, especialmente os de primeira pessoa, que são justamente os mais pronunciados na fala.” (Duarte, 2018, p. 10). Para melhor visualização do que a autora afirma, apresentam-se, a seguir, os resultados obtidos para os sujeitos nulos de primeira e de terceira pessoa:

Quadro 8: Cômputo geral da ocorrência de sujeito nulo na 1ª e 3ª pessoa

Traço número pessoal	SÉCULO XIX		SÉCULO XX		SÉCULO XXI	SÉCULO XIX AO XXI
	1ª metade (1830 a 1850)	2ª metade (1870 a 1890)	1ª metade (1930 a 1950)	2ª metade (1970 a 1990)	1ª metade (2010 a 2020)	(1830 a 2020)
1p.s	19 (33,93%)	15 (17,65%)	23 (37,10%)	13 (23,64%)	22 (37,29%)	92 (29,01%)
1p.p	13 (23,21%)	42 (49,41%)	13 (20,97%)	29 (52,73%)	6 (10,17%)	103 (32,49%)
3p.s	18 (32,14%)	19 (22,35%)	17 (27,42%)	12 (21,82%)	18 (30,51%)	84 (26,49%)
3p.p	6 (10,71%)	9 (10,59%)	9 (14,52%)	1 (1,82%)	13 (22,03%)	38 (11,99%)
Total geral	56	85	62	55	59	317

Fonte: Autora deste trabalho

Ainda referente à pouca ocorrência de sujeitos pronominais plenos em comparação com o sujeito nulo, Gravina (2008, 2014) afirma que os textos retirados de jornais apresentam características mais conservadoras e formais, o que, de certa forma, poderia impossibilitar o avanço do sujeito pronominal pleno nesta modalidade. Ainda, segundo essa autora, a frequente ocorrência do *sujeito pronominal anafórico* seria uma estratégia de preenchimento do sujeito nesses gêneros (Gravina, 2008).

Observa-se, no quadro 8, o predomínio do uso do sujeito nulo na primeira pessoa, tanto no plural quanto no singular. Embora, como afirma Duarte (1995, p. 56) esteja “[...] cada vez menos frequentes ocorrências de sujeitos nulos de primeira pessoa do singular na língua oral [...]”, fica evidente que na escrita há uma certa resistência a esta transição de língua *+pro-drop* para *-pro-drop*. É interessante mencionar também que, do século XX ao XXI, não foi encontrada nenhuma ocorrência do pronome de primeira pessoa do plural “a gente”, reforçando, desta forma, o distanciamento do *corpus* escrito para a língua falada.

Partindo agora para a apresentação dos resultados obtidos para a variável independente relacionada à realização do sujeito pleno, foi obtido o seguinte:

Quadro 9: Cômputo da realização do sujeito pleno ao longo dos séculos

Realização do sujeito pleno	SÉCULO XIX		SÉCULO XX		SÉCULO XXI	SÉCULO XIX AO XXI
	1ª metade (1830 a 1850)	2ª metade (1870 a 1890)	1ª metade (1930 a 1950)	2ª metade (1970 a 1990)	1ª metade (2010 a 2020)	(1830 a 2020)
Sujeito pronominal	62 (31,79%)	31 (14,55%)	18 (16,67%)	16 (20%)	5 (6,41%)	132 (19,55%)
Sujeito por SN	133 (68,20%)	182 (85,45%)	90 (83,33%)	64 (80%)	73 (93,59%)	542 (80,42%)
Total Geral	195	213	108	80	78	674

Fonte: Autora deste trabalho

Dos 674 sujeitos plenos do *corpus*, 132 foram expressos por pronomes (aproximadamente 19,55%) e 542 por sintagmas nominais (80,42%), conforme exemplificado no quadro 9. Esse alto índice de sujeitos plenos por sintagmas nominais já era esperado durante a análise quantitativa da pesquisa, isto porque o contexto das produções era exclusivamente escrito e o maior grau de monitoramento propiciava a produção de diferentes relações de coesão como a reiteração com seus diferentes recursos e a associação (cf. Antunes, 2005). Dito isto, seguindo a mesma linha de pesquisa que Duarte (1995) para a comparação de resultados, consideramos somente os sujeitos pronominais do PB nesta presente pesquisa.

A seguir, vejam-se alguns exemplos de sujeitos plenos extraídos dos diferentes períodos e gêneros:

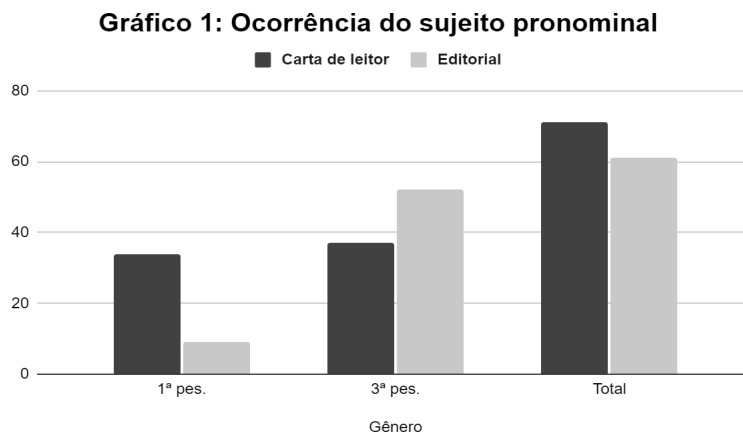
Quadro 10: Exemplos de sujeitos plenos expressos por pronomes e por sintagmas nominais nos dois gêneros textuais selecionados

CARTA DO LEITOR	EDITORIAL
<p>a) “Esses profissionais <i>trabalham</i> nas linhas de maior demanda do terminal, como é o caso da 906 – Macaxeira/Paulista. Eles <i>estão</i> distribuídos nas plataformas de embarque e desembarque, orientando e organizando as filas.”</p>	<p>a) “O Judiciário <i>reconheceu</i> como legítima a união homoafetiva...” (Ano 2018\ Abominável preconceito)</p>

(Ano 2014\ Cartas e e-mails)	
b) “Para nós brasileiros que <i>aspiramos</i> viver em um país livre, desenvolvido, onde <i>prevaleça a paz...</i> este ano pro temos maiores razões para crer e esperar dias melhores.” (Ano 1975\ Edição: 00004)	b) “Se nós <i>esquecermos</i> da crise econômica mundial, como fator influente” ² (Ano 1975\ Edição: 00001)
c) “... eu <i>lhe falei do romance</i> que <i>anda</i> na minha cabeça, desde 1938, “Os Cangaceiros”...” (Ano 1950\ Edição: 00001)	c) “ O Brasil <i>atravessa</i> actualmente um momento angustiante. pro Esperemos que ele <i>vença</i> ainda uma vez...” (Ano 1935\ Edição: 00012)

Fonte: Autora deste trabalho

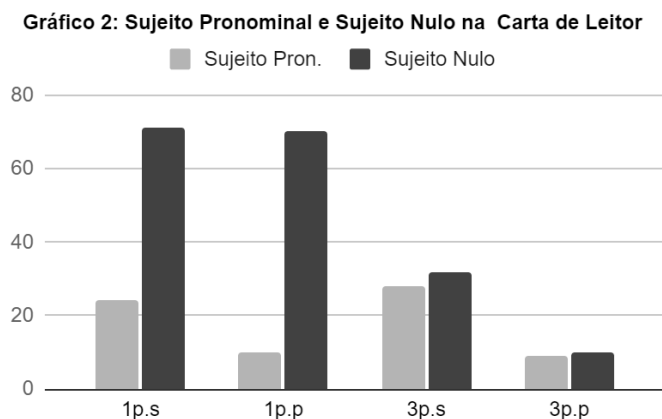
No que se refere ao traço número-pessoal do sujeito, houve a predominância do sujeito pronominal em 1ª pessoa nas Cartas do leitor, ao passo que, nos Editoriais, prevalece a 3ª pessoa, uma situação já esperada, tendo em mente a natureza do próprio gênero:



Fonte: Autora deste trabalho

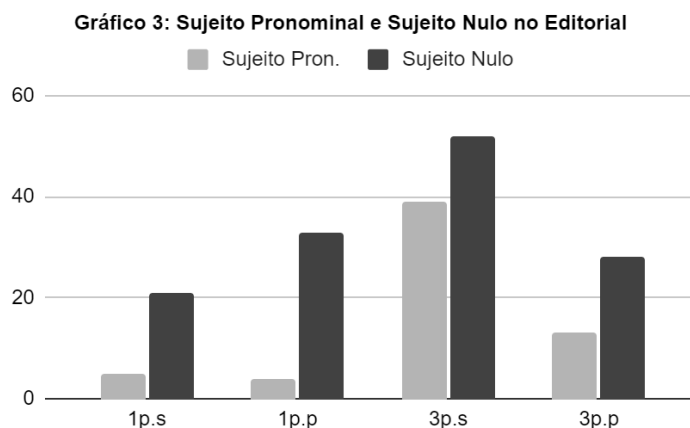
De acordo com Pelizari (2019), a Carta do Leitor é um gênero que mantém interação direta com o leitor, então, há o predomínio da primeira pessoa do plural ou do singular; em contrapartida, o editorial é um gênero que mantém “implicação direta do emissor” (Pelizari, 2019, p. 12), ou seja, os enunciados geralmente são escritos em terceira pessoa, a fim de garantir a impessoalidade, uma das características discursivas do gênero em questão (Alves Filho, 2006; Marques, 2009).

Diante do que foi exposto, dentre as 71 ocorrências de sujeitos pronominais no gênero Carta de leitor, 34 ocorrências têm a 1ª pessoa do discurso, correspondendo 47,89%, enquanto, na 3ª pessoa, há 37, correspondendo a 52,11%. Além disso, cabe mencionar que na primeira e terceira pessoa do discurso, o sujeito nulo mostrou-se superior no quantitativo geral de dados obtidos na Carta de Leitor, como é possível observar a seguir no gráfico 2:



Fonte: Autora deste trabalho

No que se refere ao Editorial, dentre as 61 ocorrências do sujeito pronominal, 9 correspondem à 1ª pessoa (14,75%) à medida que 52, à 3ª pessoa (85,25%). Neste caso, o sujeito nulo também manteve o padrão de maior ocorrência na primeira e terceira pessoa nos dados gerais obtidos, como observa-se no gráfico 3:



Fonte: Autora deste trabalho

Vejam-se, agora, os resultados, no quadro 11, que se voltam à distribuição de ocorrência do sujeito nulo nas três pessoas do discurso no gênero Carta do Leitor:

Quadro 11: Ocorrência de sujeito nulo na 1ª e 3ª pessoa no gênero Carta do Leitor

Traço número-pessoal	SÉCULO XIX		SÉCULO XX		SÉCULO XXI	SÉCULO XIX AO XXI
	1ª metade (1830 a 1850)	2ª metade (1870 a 1890)	1ª metade (1930 a 1950)	2ª metade (1970 a 1990)	1ª metade (2010 a 2020)	(1830 a 2020)
1p.s	14 (45,16%)	9 (18,75%)	13 (46,43%)	13 (33,33%)	22 (59,46%)	71 (38,80%)
1p.p	5 (16,13%)	31 (64,58%)	9 (32,14%)	20 (51,28%)	5 (13,51%)	70 (38,25%)
3p.s	10 (32,26%)	7 (14,58%)	5 (17,86%)	6 (15,38%)	4 (10,81%)	32 (17,49%)
3p.p	2 (6,45%)	1 (2,08%)	1 (3,57%)	0 (0%)	6 (16,22%)	10 (5,46%)
Total geral	31	48	28	39	37	183

Fonte: Autora deste trabalho

No quadro acima, evidencia-se, no gênero Carta do Leitor, a preferência do uso da primeira pessoa, sendo singular ou plural, com respectivamente 38,80% e 38,25% de utilização ao longo dos séculos estudados. Dito isso, além do contexto do gênero, que mantém uma conexão maior com a língua falada, esse resultado, seguindo Ayres (2021), pode ser explicado também pela morfologia rica que traz informação de número e pessoa dos pronomes de 1ª pessoa **eu** e **nós** (estudo, nós estudamos) exigida do leitor que escreve a carta. Sobre a preferência pela primeira pessoa, abaixo estão alguns exemplos retirados do *corpus*:

(30)a. “...assim, assim é que os queríamos: a muito que **pro** *suspirávamos* que saíssem a campo...” (*Carta do leitor*, Ano 1830\ Edição: 00519)

b. “**pro** *Levo* ao conhecimento de V. Exc. que, segundo consta das participações recebidas...” (*Carta do leitor*, Ano 1871\ Edição: 00003)

c. “**pro** *tínhamos* razão para pensar que aquele súbdito de Tio Sam viesse a transpor os umbrais do Louvre...” (*Carta do leitor*, Ano 1930\ Edição: 00016)

d. “**pro** *Sabemos* que o homem que tem o encargo de conduzir o BRASIL quer ouvir os brasileiros e decidir com justiça.” (*Carta do leitor*, Ano 1975\ Edição: 00004)

e. “**pro** *Acho* que é hora de cobrar mais das autoridades que pro elegemos de 4 a 4 anos, e não faz nada...” (*Carta do leitor\ Cartas e e-mails*)

Levando em conta os resultados obtidos para o gênero Carta do Leitor, o quadro 12 mostra que o mesmo não ocorre para o gênero editorial nos jornais do século XIX ao XX. Os resultados, a seguir, mostram a ocorrência de sujeito nulo com diferentes pessoas do discurso nesse gênero:

Quadro 12: Ocorrência de sujeito nulo na 1ª e 3ª pessoa no gênero editorial

Traço número -pessoal	SÉCULO XIX		SÉCULO XX		SÉCULO XXI	SÉCULO XIX AO XXI
	1ª metade (1830 a 1850)	2ª metade (1870 a 1890)	1ª metade (1930 a 1950)	2ª metade (1970 a 1990)	1ª metade (2010 a 2020)	(1830 a 2020)
1p.s	5 (20%)	6 (16,22%)	10 (29,41%)	0 (0%)	0 (0%)	21 (15,67%)
1p.p	8 (32%)	11 (29,73%)	4 (11,76%)	9 (56,25%)	1 (4,55%)	33 (24,63%)
3p.s	8 (32%)	12 (32,43%)	12 (35,29%)	6 (37,5%)	14 (63,64%)	52 (38,81%)
3p.p	4 (16%)	8 (21,62%)	8 (23,53%)	1 (6,25%)	7 (31,82%)	28 (20,90%)
Total geral	25	37	34	16	22	134

Fonte: Autora deste trabalho

Tendo em vista que os editoriais podem ser caracterizados de acordo com o objetivo discursivo do gênero, assumimos aqui a existência de vários tipos de editoriais elencados por Souza (2006, p.100 *apud* Pelizari, p. 7):

[...] 1) ‘editorial padrão ou opinativo’ – gênero opinativo que defende um posicionamento de um jornal/revista; 2) ‘editorial misto’ – pode incorporar várias funcionalidades como ser preventivo, informativo, intelectual, prescritivo, etc.; 2) ‘editorial de apresentação’ – apresenta um determinado número de um jornal ou de uma revista, justificando a abordagem de determinados assuntos; pode também apresentar o surgimento de um novo órgão de comunicação[...]

Durante a composição do *corpus*, grande parte dos editoriais possui discursivamente o objetivo de informar, enquadrando-se, de acordo com a proposta de Souza (2006), na tipologia de “editorial misto”. Observa-se, ainda, a maior porcentagem de terceira pessoa do singular ao longo dos séculos, totalizando uma diferença perceptível entre as demais pessoas do discurso. Ao todo, foram encontradas 38,81% de ocorrências do sujeito nulo na terceira pessoa do singular do século XIX ao XXI.

Diante dos resultados obtidos, verificamos semelhanças com os resultados da pesquisa de Ayres (2021) que trabalhou com um *corpus* baseado em textos do gênero notícia presentes na esfera jornalística. Isso se deve ao fato de que o gênero editorial mantém uma certa proximidade com o gênero notícia, que também tem por finalidade informar, sendo esperada a garantia da impessoalidade e, portanto, o não uso da primeira pessoa.

5. Considerações finais

Após a análise de dados, é perceptível que o comportamento dos sujeitos nulos extraídos do gênero *carta de leitor* e dos *editoriais* localizados no *Diário de Pernambuco* durante os períodos do século XIX ao XXI diverge em relação ao comportamento desses sujeitos nas peças teatrais analisadas por Duarte (1995): enquanto, na pesquisa diacrônica dessa investigadora, há uma forte tendência ao uso de sujeitos plenos, sobretudo, no século XX; nos gêneros jornalísticos aqui analisados, esses sujeitos não obtiveram muita expressividade, indo na direção dos resultados obtidos por Ayres (2021).

Ademais, os resultados desta pesquisa mostram: (a) maior frequência de sujeitos nulos na primeira pessoa no gênero carta do leitor, ao passo que, no editorial, prevalece o sujeito nulo na terceira pessoa do discurso; (b) maior resistência dos gêneros estudados às mudanças diacrônicas que ocorrem na língua falada, tendo em vista que o *corpus* foi retirado da esfera jornalística na modalidade escrita.

Em linhas gerais, esperamos que este estudo inspire novas investigações sobre a temática e, além disso, que haja a ampliação da análise dos dados do português pernambucano. Para tanto, torna-se imprescindível ampliar e constituir mais Bancos de Dados dessa variedade com os gêneros aqui analisados e com outros que possam ser adicionados.

6. Referências bibliográficas

- ALVES FILHO, F. **A autoria institucional nos editoriais de jornais**. Alfa: Revista de Linguística, v. 50, n. 1, p. 77-89, 2006.
- ANTUNES, I. C. **Lutar com palavras: coesão e coerência**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005
- AYRES, M. R. **Contextos licenciadores de sujeitos nulos em português brasileiro**. 2021. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.
- AYRES, M. R. SOUZA, Karoline Gasque de. LAZZARI, Melissa Giovana. **O sujeito nulo do PB vernacular em textos de jornal**. Cadernos do IL, Estudos Linguísticos, n. 63, dez. de 2021.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BENVENISTE, E. 1988. **Problemas de lingüística geral I**. 2 ed. Trad. de Maria da Glória Novak e Maria Luiza Neri. Campinas: Pontes.
- BERLINCK, R. A. COELHO, I. L. CYRINO, S. DUARTE, M. E. L. MARTINS, M. A. **Mudança sintática e a história do português brasileiros nos séculos XIX e XX**. pág. 153 - 183. Rumos da linguística brasileira no século XXI: historiografia, gramática e ensino. Blucher Open Access, 2016.
- BONVINI, E; PETTER, M. M. T.. **Portugais du Brésil et langues africaines**. Langages, p. 68-83, 1998.
- BUNGE, M. **La ciencia, su método y su filosofía**. Buenos Aires: Siglo Veinte, 1974.
- COSTA, A. C. da. **Cartas de leitor em jornais paulistas do século XIX e XX: evolução de uma tradição discursiva**. Linguística do português, [s. l.], p. 277-294, 2011.
- COUTO, J. **A construção do Brasil**, 1997. Forense Universitária. Edição: 3|2011.
- CHOMSKY, N. **Lectures on government and binding**. Dordrecht: Foris Publications, 1981.
- DUARTE, M. E. L. (1995). **A perda do princípio “evite pronome” no português brasileiro**. Campinas, 1995. Tese (doutorado em Linguística), Unicamp.

- DUARTE, M. E. L. **ReVEL na Escola: Sobre pronomes pessoais na fala e na escrita.** Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL, v. 16, p. 1-12, 2018.
- DUARTE, M. E. L. **A remarcação em curso no valor do parâmetro do sujeito nulo.** CUADERNOS DE LA ALFAL, v. 12, p. 71-99, 2020.
- DUARTE, M. E. L.; MOURÃ, G. C.; SANTOS, H. S. **Os sujeitos de 3ª. pessoa: revisitando Duarte 1993, em M. Eugênia L. Duarte (ed.) O sujeito em peças de teatro (1833-1992): estudos diacrônicos.** São Paulo, Parábola Editorial, 21-44, 2012.
- GOMES, V. S. **Traços de mudança e de permanência em Editoriais de Jornais pernambucanos da forma ao sentido.** Tese de Doutorado apresentada à Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.
- GOMES, V. S. **Marcas de proximidades comunicativas e de tradições discursivas em cartas de leitor e cartas pessoais pernambucanas dos séculos XIX e XX.** *Aspectos descritivos e sócio-históricos da língua falada em pernambuco / Adeilson Pinheiro Sedrins, Edmilson José de Sá (orgs.) - Recife: editora da UFRPE, p. 289-304, 2015.*
- GALVES, C. C. **Ensaio sobre as gramáticas do português.** Campinas, SP : Ed. da UNICAMP, 2001.
- GRAVINA, A. P. **Diacronia e sujeito nulo no português brasileiro: um estudo comparativo.** Filol. Linguíst. Port., São Paulo, v. 16, n. spe, p. 199-231, dez. 2014.
- GRAVINA, A. P. **A Natureza do Sujeito Nulo na Diacronia do PB: estudo de um corpus mineiro (1845 a 1950).** Dissertação de mestrado, UNICAMP, 2008.
- HOUAISS, A. **O português no Brasil: pequena enciclopédia da cultura brasileira.** Rio de Janeiro: UNIBRADE, 1985.
- JÚNIOR, R. D. O. **Concordância e parâmetro do sujeito nulo em redações produzidas por timorenses.** Tese de doutorado, UFPE.
- KABATEK, J. **Tradições Discursivas e Mudança Linguística.** In: LOBO, Tânia; RIBEIRO, Ilza; CARNEIRO, Zenaide e ALMEIDA, Norma (orgs.). Para a História do Português Brasileiro: novos dados, novas análises. Salvador: EDUFBA, 2006.
- KATO, M. A. e DUARTE, M. E. L. (2014). **A variação entre construções finitas pessoais e impessoais no Português Brasileiro.**
- KATO, M. et al. **Português brasileiro no fim do século XIX e na virada do milênio.** In: CARDOSO, S. et al. (Org.). Quinhentos anos de história linguística do Brasil. Salvador: Funcultura, 2006. p. 413-438.
- KATO, M. **O português brasileiro e o sistema de referência nas línguas naturais.** Estudos Linguísticos e Literários, n. 72, p. 256-270, 2021.
- KÖCHE, V. S., BOLF, O. M. B., & MARINELLO, A. F. (2012). **Leitura e produção textual: gêneros do argumentar e expor (3a ed.).** Petrópolis, RJ: Vozes. Liberdade e privacidade. (2018, 13 de julho). O Estado de São Paulo, p. A3.
- KOCH, P. **Tradiciones Discursivas y Cambio Lingüístico: el ejemplo del tratamiento vuestra merced em espanhol.** In: KABATEK, Johannes. **Sintaxis Historica del Espanhol y Cambio Lingüístico: nuevas perspectivas desde las tradiciones discursivas.** Madrid: Iberoamericana, 2008, p. 53-88.
- KOCH, P. **Diskurstraditionen: zu ihrem sprachtheoretischen Status und ihrer Dynamik.** In: FRANK, Barbara; HAYE, Thomas; TOPHINKE, Doris (Hrsg.). Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit. Tübingen: Narr, 1997. p. 43-79
- KREUTZ, L. **A educação de imigrantes no Brasil.** LOPES, Eliana Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive, v. 500, p. 347-370, 2000.
- LUCCHESI, D. **A transmissão linguística irregular.** O português afro-brasileiro, [s. l.], p. 101-124, 2009.
- LUSTOSA, I. **O nascimento da imprensa brasileira.** Zahar, 2003.

MAGALHÃES, T. **Aprendendo sujeito nulo na escola**. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2000.

MARQUES, M. S. (2009). Editorial: a voz do veículo. In R. L. P. Dell’Isola (Org.), **Nos domínios dos gêneros textuais** (2a ed., p. 8-14.). Belo Horizonte, MG: FALE/UFMG.

MATTOSO, K. de Q. **Être esclave au Brésil**. XVIe.-XIXe. siècle. Paris: Hachette, 1979.

MATTOS e SILVA, R. V. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. Parábola Editorial; 1ª edição. janeiro\2004.

MATTOS E SILVA, R. V. **Contradições no ensino de português: a língua que se fala x a língua que se ensina**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2003. (Repensando a Língua Portuguesa.

MENDONÇA, J.; NASCIMENTO, J. **A expressão do sujeito nulo em redações de alunos do Ensino Fundamental**. Cadernos de Letras da UFF, v. 25, p. 201-215, 2015.

MENDONÇA, R. **A Influência Africana no Português do Brasil**. Brasília : FUNAG, 2012.

MELO, J. M. de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MIOTO, C.; SILVA, M. C. F.; LOPES, R. **Novo manual de sintaxe**. São Paulo: Contexto, 2007 [2013].

MOTA, M. A. **Para uma tipologia da concordância sujeito-verbo, em português falado: contributos do português de Luanda e de Cabo Verde**. Cuadernos de La ALFAL, n. 7, p. 17- 35, mar. 2015.

MUSSA, A. B. N. **O papel das línguas africanas na história do português do Brasil**. 1991. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1991

OLIVEIRA, M. de. **The pronominal subject in Italian and Brazilian Portuguese**. In: KATO, M. A.; NEGRÃO, E. V. (Eds.). **Brazilian Portuguese and the null subject parameter**. Madrid : Iberoamericana, 2000, p. 37-53.

PELIZARI, C. S. et al. **Editorial ou carta ao leitor/do editor? estamos falando do mesmo gênero textual?**. Acta Scientiarum. Language and Culture, v. 41, n. 2, 2019. Universidade Estadual de Maringá, Brasil: 2019 Disponível em: . Acesso em: 04 mar. 2024.

RIZZI, L. **The new comparative syntax: principles and parameters of universal grammar**. In: **10th ADVANCED COURSE “LANGUAGE AND COGNITION”**. Foundation Archives Jean Piaget, Geneva, p. 1-20, October 10, 1988.

ROBERTS, I. **Verbs and diachronic syntax**. Dordrecht : Kluwer, 1993.

SILVA, C. R. T. **A natureza de AGR e suas implicações na ordem VS: um estudo comparativo entre o Português Brasileiro e o Português Europeu**. 2004. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal de Alagoas, [S. l.], 2004.

SILVA, O. **A influência africana no português em Pernambuco: um mergulho em Ascenso Ferreira**. 2011. Dissertação (Mestrado em linguística) - Universidade Federal de Pernambuco, [S. l.], 2011.

SILVA, M. T. da. **As cartas de leitores no Público e no Diário de Notícias**. Observatório Journal, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 263-279, 2008.

SOUZA, M. M. (2006). **Transitividade e construção no gênero editorial** (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Recuperado de <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7609>

TEIXEIRA, E. P. **A representação do sujeito pronominal no português popular angolano//Representation of the pronominal subject in vernacular Angolan Portuguese**. PAPIA-Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico, v. 22, n. 1, p. 141-159, 2012.

ZAVAM, A. S. **Por uma abordagem diacrônica dos gêneros do discurso à luz da concepção de tradição discursiva: um estudo com editoriais de jornal**. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal do Ceará, [S. l.], 2009.